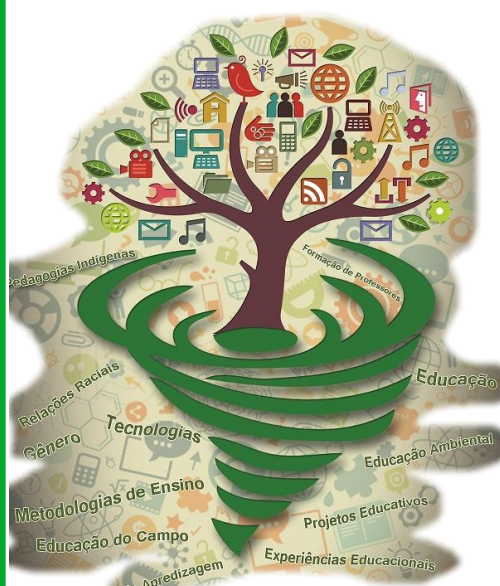


Revista de Comunicação Científica: RCC



ARTIGO

MULTICULTURALISMO E ANTIRRACISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: QUAL É O LUGAR DO LÚDICO?

*Multiculturalism and antiracism in Basic Education: what is
the place of the game?*

*Multiculturalismo y antiracismo en la Educación Básica:
¿cuál es el lugar del juego?*

Celma Fernandes Silvestre

Licencianda em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (UFF)/Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Cultura (GPECult), Instituto de Educação de Angra dos Reis, UFF/IEAR.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5259-858>

E-mail: celma_fernandes@id.uff.br

Janiara de Lima Medeiros

Professora de Língua Portuguesa na graduação em Pedagogia da UFF e Doutoranda em Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Cultura – GPECult na UFF.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8610-4728>

E-mail: jlmedeiros@id.uff.br

William de Goes Ribeiro

Mestre e Doutor em Educação pela UFRJ. Professor adjunto na Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades pela Universidade Federal Fluminense (PPCULT/ UFF). Líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Cultura (GPECult), Instituto de Educação de Angra dos Reis, UFF.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3940-7492>

E-mail: williamgribeiro@gmail.com

Como citar este artigo:

SILVESTRE, Celma Fernandes; MEDEIROS, Janiara de Lima; RIBEIRO, William de Goes. Multiculturalismo e antirracismo na educação básica: qual é o lugar do lúdico? In **Revista de Comunicação Científica – RCC**, Jan./Abr., Vol. 5, n. 18, p. 68-84, 2025.

Disponível
<https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

em:

Volume 5, número 18 (2025)
ISSN 2525-670X



MULTICULTURALISMO E ANTIRRACISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: QUAL É O LUGAR DO LÚDICO?

Multiculturalism and antiracism in Basic Education: what is the place of the game?

Multiculturalismo y antiracismo en la Educación Básica: ¿cuál es el lugar del juego?

Resumo

Este estudo de caráter exploratório tem como objetivo levantar questões sobre propostas multiculturalistas e antirracistas, com a ocupação na dimensão lúdica do trabalho pedagógico. Para tal, destaca teóricos e legislações brasileiras os quais procuram respostas à condição plural das sociedades contemporâneas. Além do multiculturalismo e do antirracismo, este trabalho dialoga com leituras da ludicidade de modo a provocar o tema na educação básica, evitando se transformar em receitas prescritivas. A metodologia está baseada em levantamento bibliográfico de pesquisas acadêmicas. Trata-se de um estudo inicial de caráter exploratório, em diálogo com o grupo de pesquisa do qual os autores fazem parte. Trazer a relação da ludicidade para o enfoque talvez não tenha despertado amplo interesse. Se trata de uma articulação para o debate como os da infância, da cultura e do sujeito em educação.

Palavras-chave: multiculturalismo; relações étnico-raciais; ludicidade.

Abstract

This exploratory study aims to raise questions about multiculturalist and anti-racist proposals, focusing on the playful dimension of pedagogical work. To this end, it highlights Brazilian theorists and legislation who seek answers to the plural condition of contemporary societies. In addition to multiculturalism and anti-racism, this work dialogues with readings of playfulness in order to provoke the theme in basic education, avoiding becoming prescriptive recipes. The methodology is based on a bibliographical survey of academic research. This is an initial exploratory study, in dialogue with the research group to which the authors belong. Bringing the relationship of playfulness into the focus may not have aroused widespread interest. It is a link to the debate such as those on childhood, culture and the subject in education.

Keywords: multiculturalism; ethnic-racial relations; playfulness.

Resumen

Este estudio exploratorio tiene como objetivo plantear interrogantes sobre propuestas multiculturalistas y antirracistas, centrándose en la dimensión lúdica del trabajo pedagógico. Para ello, destaca a teóricos y legisladores brasileños que buscan respuestas a la condición plural de las sociedades contemporáneas. Además del multiculturalismo y el antirracismo, esta obra dialoga con lecturas lúdicas para provocar el tema en la educación básica, evitando convertirse en recetas prescritivas. La metodología se basa en un levantamiento bibliográfico de investigaciones académicas. Se trata de un estudio exploratorio inicial, en diálogo con el grupo de investigación del que forman parte los autores. Es posible que poner de relieve la relación con el carácter lúdico no haya despertado un interés generalizado. Es una articulación para debates como los de la infancia, la cultura y el sujeto en la educación.

Palabras clave: multiculturalismo; relaciones étnico-raciales; alegría.



Introdução

O objetivo deste trabalho é estudar propostas multiculturalistas e antirracistas, considerando a dimensão lúdica no trabalho pedagógico. Para tanto, buscamos inquietar, acerca da cultura, como política que atravessa o fazer pedagógico e a perspectiva da ludicidade. O que implica ouvir-contar-sentir histórias que a constitui, dialogar com percursos imaginários, conversar com imagens, gestos e, inclusive, com silêncios, provocar, descrever experiências, criar formas de comunicação, construir experiências comunitárias, (des) aprender e transformar-se coletivamente, incluindo o lidar com os conflitos.

Para Benjamin (2000), “crianças” são “indizivelmente concernidas pelo acontecer”, conectadas pelo mesmo espaço-tempo em que “tudo” lhes é possível. De múltiplas formas, tais sujeitos fantasiam e atribuem sentidos. Desta forma constroem e desconstroem seus próprios mundos nos quais podem transgredir (se comparando às regras do imaginado mundo adulto) construindo novas experiências por meio da riqueza do entretenimento, do prazer, do lúdico. Neste universo, desejamos estudar em que medida a cultura lúdica (Brougère, 2002) tem sido aliada ao tema multicultural e antirracista (Souza e Silva Júnior, 2023). Lembramos que o multiculturalismo, enquanto significante, tem sido muito propalado, sob distintas perspectivas. Conforme Hall (2003), despertando distintos adversários e calorosos debates. Geertz (1989, p.15) entende que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”. Por sua vez, estudos com os de Bhabha (1998) apontam que se trata de produção de sentido, nunca fixados a não ser por uma dinâmica de poder.

Não obstante, políticas multiculturalistas têm sido difundidas em diversos contextos, por meio da busca por respostas acerca da condição plural das sociedades (Ivenicki, 2018, 2020; Ribeiro, 2022). Já o antirracismo, por sua vez, como um aliado, e em muitos casos propulsor do processo, é uma luta que vem há bastante tempo sendo debatida pelos movimentos sociais, como o Movimento Negro (Gomes, 2012), buscando combater a discriminação racial na sociedade em questão e promover o princípio da igualdade étnico-racial, tal como apresentam as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (Brasil, 2003, 2004, 2008).

Conforme as leis, o Brasil é um dos países no qual se preconiza cotidianamente preconceito, estereótipo, discriminação e racismo. Trata-se de uma configuração



estrutural que, segundo Silvio Almeida (2019), normaliza as relações sociais. O que indica que o racismo não é exceção. Por isso, as questões levantadas neste artigo estão voltadas para o combate desses atos na educação básica, por meio da reflexão sobre ferramentas pedagógicas, o que se compreende para ser discutido nas escolas. Conforme Ivenicki (2020), além da denúncia, demanda-se o anúncio de experiências. Nesta direção, distintas abordagens ajudam a compor argumentos em defesa de uma política multiculturalista, apontamentos estes que estão no meio educacional pelos instrumentos legais.

Com isso, ajudam a discutir propostas pedagógicas, incluindo a ludicidade. Interesse da educação básica, mas também de experiências de formação de professores. Portanto, este trabalho é uma contribuição para a área da Educação, destinado à pesquisa, aos professores e estudantes de pedagogia e demais licenciaturas que se interessem pelo assunto.

De modo a traçar os elementos pelo objetivo, este texto está estruturado da seguinte forma: primeiro, expõe a metodologia; a seguir, discute o que entendemos pelos termos-chave; posteriormente, evidencia a ideia de ludicidade articulada ao debate étnico-racial e antirracista em meio à análise inicial de textos temáticos das áreas em jogo; por fim, apresenta as considerações finais, apontando desdobramentos possíveis da pesquisa.

Metodologia

Este trabalho realiza um estudo bibliográfico de caráter exploratório a partir do qual discutimos ideias propositivas articuladas ao multiculturalismo e ao antirracismo, assim como a aliança destes com a ludicidade. Além disto, aborda elaborações na sala de aula, sobretudo, na educação básica. O argumento é gerado com base teórica e por meio da pesquisa bibliográfica, através de artigos e revistas especializadas. Neste sentido, levantamos reflexões sobre o tema multiculturalismo, antirracismo e ludicidade, discutindo elementos que podem ser, a posteriori explorados, como a Base Nacional Curricular Comum, artigos científicos, as Diretrizes e Leis Brasileiras, as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (Brasil, 2003, 2004, 2008).

A pesquisa foi realizada através de buscas em duas fontes eletrônicas escolhidas. Organizamos o que encontramos e fizemos a leitura na íntegra, sem a



pretensão de se tornar um estado da arte. Optamos por realizar uma pesquisa que explorasse o nosso tema. Decidimos possíveis palavras que poderíamos mobilizar nos meios eletrônicos. Para o levantamento, estabelecemos de 2014 a 2024. O estudo foi feito no GT 21 de Relações étnico-raciais da ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e a Revista da ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Tal revista é um periódico de acesso livre e gratuito, o qual trata da visibilidade de discussões sobre relações raciais a partir dos trabalhos de intelectuais negros (as), na qual se busca conhecimentos das diásporas africanas. Chegamos a um total de 52 textos, mas o que julgamos relevante para o trabalho exploratório foram 26. A escolha pelo GT e pela revista foi pela nossa familiaridade e pela facilidade de encontrar materiais, o que deve ser aprofundado em estudos seguintes. Visamos nas fontes pesquisadas o olhar para o lúdico, sobre multiculturalismo e antirracismo no ambiente escolar

Multiculturalismo, educação e ludicidade: referenciais teóricos

Esta discussão atribui importância de se conhecer e trabalhar tais significações na escola, considerando a dimensão da ludicidade, a qual não se restringe à infância, tampouco se dá em uma leitura genérica, essencialista e universalista da criança (Brougère, 2002; Souza e Silva Júnior, 2023). De acordo com as pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, no meio educacional já estão presentes a discriminação e o preconceito. Por sua vez, no que se refere às teorias de currículo (Lopes e Macedo, 2011), esse tema é pouco discutido, o que julgamos ser impulsionado com as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (Brasil, 2003, 2004, 2008). Consequentemente, entra em discussão por meio de processos de elaboração e de debates sobre políticas curriculares, como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018), nas quais há competências e habilidades para se trabalhar com a diversidade cultural nas escolas.

Estudar o racismo e o multiculturalismo é considerado por diversos estudiosos (Munanga, 2003, 2015; Gomes, 2012; Ivenicki, 2018, 2020; Ribeiro, 2022; Souza e Silva Júnior, 2023) em educação um tema relevante, pois eles promovem, ou buscam incentivar, o direito à diversidade cultural e à diferença. No que tange ao assunto, no



Brasil temos dificuldades históricas. Não é difícil encontrar argumentos que apontam a manutenção do racismo, preconceitos e discriminação, assim como a relação disso com a discussão sobre a estrutura no país (Almeida, 2019).

Por exemplo, de acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva (Revista Exame, 2021), 84% dos entrevistados disseram que o Brasil é um país preconceituoso, mas apenas 4% dos participantes disseram ser preconceituosos, e cerca de 85% dos entrevistados são contra o racismo. Ou seja, de acordo com as informações levantadas, muitos não se consideram preconceituosos, mas cerca de 52% dos negros já sofreram discriminação de acordo com a pesquisa. Outro levantamento foi promovido pelo Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, em 500 escolas públicas no Brasil (Gazeta do povo, 2009). O estudo diz que 99,3% dos entrevistados demonstram algum tipo de preconceito, socioeconômico, étnico-racial, de gênero, de território, de geração, de orientação sexual e portadores de necessidades especiais. O que nos leva a inferir que incidência de preconceitos no meio educacional são altos, e com isso se reforça a defesa de que é importante trabalhar tais assuntos em sala de aula.

Com efeito, para Almeida (2019), o racismo não é um desvio da norma, mas a própria norma, ou melhor, corresponde a padrões de normalidade que constituem as relações sociais no país. Segundo Munanga (2003), o racismo implica na crença de que as diferenças biológicas entre as raças humanas determinam o valor de cada indivíduo, associadas a questões morais, intelectuais etc., as quais hierarquizam sujeitos distintos por intermédio do fenótipo.

Diante disto, é preciso promover uma educação antirracista. No entanto, o racismo, por ser estrutural, demanda políticas públicas contínuas de “intervenção”, o que inclui escola, currículo, formação docente e tantos outros elementos (Ivenicki, 2018, 2020; Ribeiro, 2022), tal como preconizam as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (Brasil, 2003, 2004, 2008), as quais tornam obrigatória que a instituição, seja em esfera pública ou privada, trabalhe com a história e a cultura afro-brasileira, africana e indígena em seus currículos.

O termo multiculturalismo não está separado do antirracismo, mas a ele se articula em múltiplos contextos. Segundo Munanga (2015), trata-se da busca pela comunicação e pela integração parcial entre culturas, não pode ser reduzida a um pluralismo sem limites, já que seria uma séria contradição. Já Ivenicki, em diversos



textos (2019, 2020), considera multiculturalismo um conjunto de respostas acerca da condição plural das sociedades contemporâneas. Em educação, as respostas se tornam objeto de análise de modo a observar e a reivindicar os desdobramentos legais e os direitos reconhecidos. Ainda segundo a pesquisadora, as abordagens tendem a se configurar desde a mais folclórica/liberal até a crítica/decolonial, passando pela discussão pós-estruturalista.

Uma aproximação possível no campo educacional, segunda a pesquisadora, estaria a serviço de ressaltar diferenças no sentido comparativo, passando pela preocupação compensatória. Quer dizer, a ênfase estaria em uma suposta igualdade que conduz à assimilação cultural ou ao afastamento, haja vista a exacerbação de aspectos estereotipados. Uma perspectiva crítica/decolonial vai em busca de projetos de sociedade mais igualitários, articulando o quanto possível as demandas de grupos historicamente desprivilegiados. Uma discussão a respeito de processos de hibridização e de como as “identidades” são processos relacionais ganham corpo com debates pós-colonialistas, como os que são mobilizados pelos textos de Bhabha (1998), por exemplo.

Com isto exposto, Ribeiro (2022) pondera que a diversidade cultural é um aspecto importante, mas permanece aliada à norma, o que limita questões ligadas à diferença (Burbules, 2003), além de obstaculizar a singularidade e a multiplicidade. Estes e outros pesquisadores, como Macedo (2014), têm enfatizado o tema, tomando a diferença não um conteúdo, mas dispositivo no pensamento ético com a alteridade. Isto quer dar ênfase à assunção da retoricidade das pesquisas e do princípio da revisibilidade em respeito à educação e à pesquisa. Nos constituímos sujeitos de maneira complexa na relação com o outro que nunca se dá de uma vez por todas, daí a relevância de inferir na abertura, deixando em aberto as respostas.

Não obstante, a luta contra o racismo é uma das grandes demandas atuais (Vieira e Maia, 2023). Por sua vez, pesquisadores veem “...o lúdico como uma forma de luta para a educação antirracista, por uma educação em que todos devem ter espaço e se sentir parte de algo” (Vieira e Maia, 2023, p. 78). E se “a luta antirracista é uma responsabilidade de todos e, a cada dia, se mostra mais necessária” (Souza e Silva Júnior, 2023, p.17), irá se constituir em contextos no qual ser lúdico e construir espaços potencialmente criadores tem a colaborar para o antirracismo. Ambos os

estudiosos, chamam a atenção para a abertura à criação como possibilidade de uma luta na qual “o brincar” é também resistência, “uma coisa séria” (Lima, 2022).

Acrescenta-se a evidência de que “a criança”, em sua heterogeneidade, testifica o quão é sujeito da cultura e não somente construção da mesma. Como apontou Benjamin (2002, p. 77) “Se a criança não é nenhum Robinson Crusoe, assim também as crianças não se constituem nenhuma comunidade isolada, mas sim uma parte do povo e da classe de que provêm”. Para além disso, podemos lembrar que são sujeitos relacionais que se constituem em ambivalência, negociando sentidos na dinâmica da cultura (Bhabha, 1998).

Lima (2022) ressalta o ambiente e a temporalização restrita do brincar em nossa sociedade na qual impera uma “lógica colonizadora e cultura escravocrata de subalternização e objetificação do outro” (Lima, 2022, p.15). Vai além e aponta o brincar como um desafio ao poder, já que aciona o sonho, a fantasia, a criatividade, a inteligência. Desta forma, não está tratando de romantismo e de uma criança genérica, universalista, abstrata, mas a que brinca no chão da favela e nas periferias, e com elas, se potencializa a força motriz que colabora com o enfrentamento ao poder, a sustentação da resistência e articulação coletiva. “Da mesma forma seus brinquedos não dão testemunho de uma vida autônoma e especial; são, isso sim, um diálogo simbólico entre ela e o povo, contribui Benjamin (2002, p. 77) ou negociação aberta de sentidos, se pensamos com o entrelugar de Bhabha (1998), visto que pelo brincar sujeitos não só expressam a construção comunicativa como reproduzem este diálogo mantido pelo ato de brincar. Brincar, portanto, é vida (Aguiar, 2022).

Segundo o pesquisador aludido, há múltiplos olhares para o brincar e para o lúdico. Mas, apesar disso, e da potência da ludicidade como valor civilizatório africano e afro-brasileiro, “pensadores [pedagogos] não dedicaram seu tempo em aprofundar o lugar do lúdico na cultura africana” (Aguiar, 2022, p. 29). Apesar disso, “...educar na dimensão da ludicidade é o encontro de culturas, reconstruindo os espaços de pertencimento e de invenção” (p. 38).

Estamos de acordo com a dimensão das questões africanas e das relações étnico-raciais, caminhos pelos quais o lúdico é assumido entre as finalidades educacionais. Porém, diferentemente do que se afirma no texto citado, nossa ênfase não está “no estímulo para romper com dificuldades de aprendizagem”, uma vez que

desconfiamos do caráter utilitário da cultura nas escolas como forma de trampolim para a sustentação da diferença à margem do “conhecimento universal”.

Entendemos, assim como Figueiredo e Benfica (2022), que o lúdico e o brincar perpassam a cultura relacional, não de maneira estática. Isso abre espaços para hibridizações, já que a luta antirracista e lúdica não precisa se dar necessariamente em fundamentos tidos como dados e concepções fixas de identidade, as quais desconsidera o caráter relacional e processual que constituem sujeitos com a alteridade. Assim, ao articular jogos e brincadeiras de diversas formas e envolvendo “culturas” contextualizadas no ambiente educacional “estamos [não apenas] fomentando processos de educação antirracista que valorizam as diferenças e em diálogo com a diversidade e a pluralidade de concepções de mundo e modos de viver” (Figueiredo e Benfica, 2022, p. 59), mas possibilitando que o novo entre no mundo, ou seja, envolvendo situações imprevisíveis e criativas (Bhabha, 1998).

Se a ludicidade aponta para uma entrega (Côrrea, 2022) e que é aliada da criatividade (Brougère, 2002), há uma chance de abertura à cultura (incluindo a lúdica) enquanto prática de significação. Neste caso, cumpre lembrar que há outros modos de ser, fazer, brincar e interagir (Souza e Silva Júnior, 2023) que não cabem em prescrições normativas, como a BNCC, a qual oferece uma roupagem inclusiva para a infância e a ludicidade, considerado por nós um retrocesso em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais por estas serem muito mais abertas à interação plural promovida pela ludicidade (Crispin *et al*, 2023).

E, para tal, é preciso alargar a noção de ludicidade para além das questões africanas e afro-brasileiras e incluir, tal como preconiza a legislação, a questão indígena (Brasil, 2008). Trata-se de uma abertura à dimensão da cultura que nas suas dinâmicas relacionais privilegia ensinar-aprender em coletividade, por meio das quais o brincar e as brincadeiras fazem parte do processo de construção de seus corpos, como o povo Guarani (Silva, 2017). Conforme o pesquisador, entender as ações de crianças indígenas pode provocar a atuação no mundo. Trata-se, portanto, de rever quem somos e o que podemos aprender. Alerta ainda o estudo citado que nem tudo pode ser traduzido à estrutura colonial da escola, fazendo uma provocação à ideia de didatização dada de conteúdos prévios, conforme já alertamos.

Segundo Grando, Xavante e Campos (2010, p.92), “desafiado pelo brincar, [se] aprende sobre o brincar, o brinquedo, a brincadeira, mas também novas possibilidades



de interagir com outros colegas, outros materiais, outros espaços, com a criatividade e alegria”. E reforçam que jogos e brincadeiras estão ligados ao cotidiano indígena, chamados a aprender de acordo com a organização social em jogo. Neste sentido, a cultura lúdica, em sua heterogeneidade, fala do local em que as pessoas vivem, sua história, seus valores, seus fazeres etc. Ou seja, ao brincar, se aprende a ser Xavante, Bororo...e novas formas de perceber o outro e a si mesmo em (des) construção.

Não se está falando que a brincadeira está garantida com prestígio, assim como a dimensão lúdica, não está valorizada nas mais diversas sociedades. E esse é o ponto abordado por Herrero (2006). Para o povo Kalapalo do Alto Xingu, segundo o estudo, brincar é parte da expansão material e simbólica, registro cultural vivo, jogo e magia, presente não só nos jogos, mas em todas as relações na aldeia. Portanto, não é visto como “coisa de criança”, mas é próprio da vida adulta, sendo a alegria uma forma de conhecer a vida.

Ou seja, o argumento se torna um elemento crítico ao apelo utilitarista e de interesses comerciais. Não se enfatiza os jogos e brincadeiras para aprender matemática, língua portuguesa, ciências ou para melhorar performances de aprendizagem, ainda que se possa realizar tal êxito. No entanto, pode ser um caminho, dentre outras propostas pedagógicas, desde que abertas à revisibilidade, por exemplo, adotar *pretoguês*¹ como metodologia que associa o multicultural, o educacional e o lúdico a fim de trazer a premissa da africanização da língua portuguesa brasileira. Portanto, a ideia não é usar de tal elemento cultural para mais facilmente se adestrar a conteúdos ditos prévios, mas é a própria brincadeira a forma de aprendizado, a qual não se distingue da vida e nem a vida dela.

A partir do estudo bibliográfico

Como nos diz Silva (2020), a cultura lúdica deve levar momentos de prazer e ao mesmo tempo trabalhar o pertencimento étnico-racial e diversos outros aspectos que estão na luta por uma educação antirracista e democrática. Encontramos nos textos: a utilização de jogos e brincadeiras para produzir materiais pedagógicos;

¹ Recomenda-se o vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=v7ZC429ONME> Acesso em jul. 2024.

trabalhar temporalidades através de filmes, documentários, músicas e obras literárias brasileiras, com uma linguagem cultural e histórica; utilizar vídeos e imagens de pesquisadores negros(as) que geram interação com os conteúdos antirracistas; utilizar a contação de histórias, faz de conta, peças teatrais, contribuindo para a valorização das histórias e cultura africana e afro-brasileira; utilizar charges de figuras negras, recortes de jornais ou recursos audiovisuais, como, por exemplo, curta-metragem que fala de discriminação e preconceito. Tudo isso pode ser problematizado e trabalhado em uma sala de aula (Coelho, Vitorino, 2021; Gatinho, 2017; Nascimento, 2019, Nascimento, Mota, 2021; Nunes, 2023;).

No caso, personagens negros e indígenas nos livros didáticos talvez possam ampliar a representatividade. Além disso, a utilização de recursos lúdicos para trabalhar relações étnico-raciais, como bonecas, filmes, contação de história, exibição de vídeos, livros, pinturas, cantigas de rodas, contos populares, peças teatrais, instrumentos musicais, leituras de poemas, atividades nas comunidades tradicionais (indígena e quilombola), roda de capoeira, oficinas de tranças. Podemos inferir desde já, com base nesse estudo, que temos uma riqueza de materiais disponíveis para se trabalhar contra o racismo, a discriminação e o preconceito no ambiente educacional (Barros, 2024; Costa, Parreira, Dias, 2022; Oliveira, 2020; Santos, 2018; Santos, Domingos, 2015; Santos, Moreira, 2024; Oliveira, 2022).

Neste sentido, pensamos que essas formas de ensinamentos favorecem o ambiente educacional, como ambiente intercultural que envolve a ludicidade, além de estarmos agregando conhecimentos de uma educação das relações étnico-raciais. No caso, a ludicidade é também um olhar pelo qual podemos elaborar materiais e práticas didáticas, com referência da cultura e história afro-brasileira, africana e indígena, mobilizando no currículo o lúdico e a educação das relações étnico-raciais com recurso para o que sugere a legislação.

Textos como de Regis e Sengulane (2017) nos ajudam a pensar de maneira crítica as escolas brasileiras. Com relação aos livros didáticos, alguns podem apontar para conteúdos preconceituosos e racistas, bem como no currículo escolar poderiam acrescentar mais recursos e ensinamentos lúdicos para a prática pedagógica dos professores em sala de aula. Neste caso, um exemplo poderia ser trabalhar a história local (construções históricas e imagens da cidade). Talvez fosse pertinente organizar palestras, oficinas e reflexões, utilizando vídeos de entrevistas e documentários, com



a temática multicultural e antirracista entre docentes. Ou quem sabe não seja o suficiente, demande ações contínuas e mais profundas.

Em suma, argumentamos que é o reconhecimento de ações responsáveis que envolvem sujeitos socioculturais e, portanto, direcionamos a ênfase na prática crítica e dinâmica sobre nossas ações educativas, a fim de contribuir como agentes do próprio envolvimento profissional. Assim, se aprofundam conhecimentos acerca da complexidade que envolvem a educação e a cultura. Do exposto, a interculturalidade assume a centralidade em propostas pedagógicas através da linguagem e a constituição da subjetividade como prática social e, desta forma, o cotidiano como um dos eixos estruturantes do currículo.

Considerações finais

Este artigo argumenta a respeito da relevância da articulação entre ludicidade, multiculturalismo e antirracismo, buscando contribuir para a formação de professores e estudantes da área de pedagogia e de outras ligadas à educação e ao ensino. No entanto, demanda proporcionar mais aprontamento, pontuando maneiras lúdicas de trabalhar essa temática em sala de aula. Outro caminho talvez seja aprofundar dinâmicas de subjetivação envolvidas nas brincadeiras.

Em suma, evidenciamos por meio dessa pesquisa que é importante trabalhar a ludicidade, pois ao mesmo tempo que estamos trabalhando um assunto relevante e pertinente para o envolvimento discente e docente, como a temática multiculturalista e antirracista, podemos levar de forma mais dinâmica, prazerosa e descontraída algumas propostas. Fazendo uso da literatura, mais profundamente se entende o exposto, manipulando diversos materiais e instrumentos pedagógicos, como filmes, brincadeiras, obras literárias, dentre outros possíveis de serem usados em uma sala de aula e demais espaços educativos.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Jonathan. Múltiplos olhares sobre o brincar: um caleidoscópio lúdico entre as palavras e a arte de jogar. In: AGUIAR, Jonathan; PINHEIRO, Matheus (orgs.). **Jogos e brincadeiras africanas**: o brincar que nasce do chão. RJ: Wak Editora, 2022, p.26-49.

AGÊNCIA ESTADO. Pesquisa comprova que o preconceito atinge 99,3% do ambiente escolar no Brasil. **Gazeta do Povo**. 2009. Disponível em: [Pesquisa comprova que preconceito atinge 99,3% do ambiente escolar no Brasil \(gazetadopovo.com.br\)](http://gazetadopovo.com.br). Acesso em: 01 de abril de 2024.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARROS, Isabela Neves Moreno. Abayomi, uma revisão teórica do brincar e identidade racial na Educação Infantil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 15, n. 43, 2024.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas II**. Rua de mão única. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Editora 34, 2002.

BRASIL, Ministério da educação. **Lei Federal 10639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SEPPIR/MEC, 2004.

BRASIL. **Lei 11645/2008 de 10 de março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília, DF: 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.). **O brincar e as suas teorias**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, p.19-32.

BURBULES, Nicholas C. Uma gramática da diferença: algumas formas de repensar a diferença e a diversidade como tópicos educacionais. In: GARCIA, R L.; MOREIRA, A. F. B. (Orgs). **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. São Paulo: Cortez, 2003.



COELHO, Marcos Vinicius de Brito; VITORINO, Artur José Renda. Estudo da efetivação do projeto memória e identidade: promoção da igualdade na diversidade (MIPID) em uma escola de Educação Infantil em Campinas (SP). **40º Reunião Nacional da ANPED**. 2021. Disponível em: Anais das Reuniões Nacionais da ANPED | ISSN: 2447-2808. Acesso em: 17/05/2024.

CORRÊA, Adriana. A ludicidade e as marcas da africanidade. In: AGUIAR, Jonathan; PINHEIRO, Matheus (orgs.). **Jogos e brincadeiras africanas: o brincar que nasce do chão**. RJ: Wak Editora, 2022, p.80-93.

COSTA, Samara da Rosa; PEREIRA, Sara da Silva; DIAS, Lucimar Rosa. Literatura infantil e reflexões antirracistas no cotidiano da primeira infância. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 14, n. 39, p. 125–139, 2022.

CRISPIM, Luciane Anterio; OLIVEIRA, Richardson Taroco de; PINHO, Camila Silva. A brincadeira como ferramenta de promoção da educação para relações étnico-raciais na educação infantil. In: COUTO, Felipe Rabelo; CASTRO, Jeimis Nogueira de; CARVALHO, Alvaro Monteiro (orgs.). **Temas e Perspectivas Contemporâneas em Ensino**. Curitiba: CRV, 2023, p. 223-246

EXAME. No Brasil, 84% percebem racismo, mas apenas 4% se consideram preconceituosos. **Examen.55 anos**. 2021. Disponível em: <https://exame.com/negocios/no-brasil-84-percebe-racismo-mas-apenas-4-se-considera-preconceituoso/>. Acesso em: 17 de outubro de 2023.

FIGUEIREDO, Ana Valéria de; BENFICA, Zulmira Rangel. Educação para as relações étnico-raciais: o lúdico na formação de professores. In: AGUIAR, Jonathan; PINHEIRO, Matheus (orgs.). **Jogos e brincadeiras africanas: o brincar que nasce do chão**. RJ: Wak Editora, 2022, p.54-69.

GATINHO, Adriano Alves. Práticas de ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em escolas públicas do Acre. **38º Reunião Nacional da Anped**. Disponível em: Trabalhos | 38ª Reunião Nacional da Anped. 2017. Acesso: 15/05/2024.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LCT Editora, 1989.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Centro de Estudos de Educação e Sociedade - CEDES**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.

GRANDO, Beleni Saléte; XAVANTE, Severiá Idioriê; CAMPOS, Neide da Silva. Jogos/brincadeiras indígenas: a memória lúdica de adultos e idosos de dezoito grupos étnicos. In: GRANDO, Beleni Saléte. **Jogos e culturas indígenas: possibilidades para a educação intercultural na escola**. Cuiabá: EdUFMT, 2010, p.89-122.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, 410 p.



HERRERO, Marina. **Jogos e brincadeiras do povo Kalapalo**. São Paulo: SESC, 2006.

IVENICKI, Ana. Multiculturalismo e formação de professores: dimensões, possibilidades e desafios na contemporaneidade. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 1151-1167, jul./set. 2018.

IVENICKI, Ana. Perspectivas multiculturais para o currículo de formação docente antirracista. **Revista da ABPN**, Rio de Janeiro, v. 12, n.32, p 30-45, 2020.

LIMA, Geni. Prefácio: brincadeira é coisa séria. In: AGUIAR, Jonathan; PINHEIRO, Matheus (orgs.). **Jogos e brincadeiras africanas: o brincar que nasce do chão**. RJ: Wak Editora, 2022, p.14-17.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 1530-1555, out./dez., 2014.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das nações de raça, racismo, identidade e etnia. **Palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação – PENESB**. Rio de Janeiro, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.62, p. 20-31, 2015.

NASCIMENTO, Simonia Souza; MOTA, Alessandra Ferreira. Educação antirracista: uso do ciberativismo negro para construção de aprendizagens na cultura digital. **40º Reunião Nacional da ANPED**. 2021. Disponível em: Anais das Reuniões Nacionais da ANPED | ISSN: 2447-2808. Acesso em: 17/05/2024

NASCIMENTO, Sueli. Práticas pedagógicas: diálogo intertextual entre linguagens culturais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. **39º Reunião da ANPED**. 2019. Disponível em: Trabalho – 39ª Reunião da ANPED. Acesso:15/05/2024.

NUNES, Mighian Danae Ferreira. Nô bá brinca, vamos brincar, ahi tlhanguí? Catálogo de jogos e brincadeiras africanas e afro-brasileiras. **41º Reunião Nacional da ANPED**. 2023. Disponível em: Home (base.pro.br). Acesso: 17/05/2024.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Opção decolonial e antirracismo na educação em tempos neofascistas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. 32, p. 11–29, 2020.

OLIVEIRA, Roselée Aparecida dos Santos. Outras histórias: prática docente e promoção da lei 11.645/08 na rede pública municipal de Angra dos Reis. **Revista da**



Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 14, n. 39, p. 156–171, 2022.

REGIS, Katia Evangelista; SENGULANE, Hipólito. A lei nº10.639/2003 no Brasil e o Plano Curricular do ensino básico (2003) em Moçambique: Políticas públicas com intencionalidade de inserção da diversidade nos currículos escolares. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 9, n. 23, p. 171–193, 2017.

RIBEIRO, William de Goes. Teoria do discurso e a questão multicultural: articulações (im) possíveis? **Revista Espaço do Currículo**. João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 1-14, 2022.

SILVA, Flávia Carolina da. Educação das Relações étnico-raciais na Educação Infantil: caminhos necessários para uma educação antirracista. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. 33, p. 66–84, 2020.

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. A temática indígena na sala de aula: possibilidades e desafios na perspectiva de uma didática decolonial. In: SOUZA, Cristiane Gonçalves de (org.). **Relações étnico-raciais e currículo**: temas e abordagens. Curitiba: CRV, 2017, p.95-104.

SANTOS, Ana Paula dos; DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. Contando e recontando a África, jeitos de sentir as raízes afro-brasileiras no 2º ano do ensino fundamental: uma proposta de ensino para a lei 10.639/2003. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 7, n. 16, p. 294–317, 2015.

SANTOS, Carina Santiago dos. A Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de Florianópolis: do funcionamento à elaboração de material para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, n. Ed. Especial, p. 836–847, 2018.

SANTOS, Hélio Rodrigues dos; MOREIRA, Geraldo Eustáquio. Filmes de temáticas étnico-raciais na Educação Escolar Quilombola: Contribuições pedagógicas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 15, n. 43, 2024.

SOUZA, João José do Nascimento; SILVA JÚNIOR, Paulo Melgaço da (orgs.). **Caminhos para uma educação antirracista**: teorias e práticas docentes. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2023.

VIEIRA, Camila Nagem Marques; MAIA, Maria Vitória Campos Mamede. Por uma educação antirracista: o lúdico como força para a costura das “ilusões em farrapos”. In: SOUZA, João José do Nascimento; SILVA JÚNIOR, Paulo Melgaço da (orgs.). **Caminhos para uma educação antirracista**: teorias e práticas docentes. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2023, p. 69-80.



Recebido: 26/12/2024
Aprovado: 15/01/2025
Publicado: 30/04/2025